1 Contexto Operacional

A Rumo S.A. ("Companhia" ou "Rumo S.A."), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil. A Companhia é controlada direta da Cosan Logística S.A. ("Cosan Logística"), que detém 28,47% do seu capital.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. ("Rumo Malha Sul"), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio das controladas Rumo Malha Paulista S.A. ("Rumo Malha Paulista"), Rumo Malha Norte S.A. ("Rumo Malha Norte") e Rumo Malha Oeste S.A. ("Rumo Malha Oeste"). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. ("Brado") opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. ("Elevações Portuárias") conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada a operação de incorporação da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. ("Rumo Logística") pela Companhia ("Incorporação"), nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação". A operação de reorganização foi efetivada em 31 de dezembro de 2016 e implicou na extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia, nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). Ainda no âmbito da reorganização, a Companhia aportou os ativos e passivos relacionados às operações portuárias que anteriormente ocorriam na extinta controladora Rumo Logística na nova subsidiária direta do segmento, Elevações Portuárias, através de aumento de capital no valor de R\$672.396. Adicionalmente, a Companhia aportou ativos (vagões e locomotivas) no valor de R\$895.727 na subsidiária direta Rumo Malha Norte.

A posição financeira e resultados operacionais, incluindo DRE, DFC e DVA consolidados da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização empreendida em 31 de dezembro de 2016, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

Em 23 de fevereiro de 2017 o TPG VI Fundo de Investimento em Participações ("TPG"), acionista da Companhia, exerceu seu direito de substituir 12.831.102 ações de emissão da Companhia – a totalidade de suas ações vinculadas ao acordo de acionistas da Companhia, celebrado entre Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan"), Cosan Logística, GIF Rumo Fundo de Investimento em Participações ("GIF"), TPG e Cosan Limited ("CZZ"), em 2010, conforme aditado ("Acordo de Acionistas") por ações de emissão da Cosan e ações de emissão da Cosan Logística, com a liquidação na forma acordada entre os acionistas, extinguindo o acordo.

Em 7 de março de 2017 a Companhia, em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358 de 03 de janeiro de 2002, e em conclusão à operação de incorporação da Rumo Logística pela Companhia, que foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro 2016, cada ação ordinária de emissão da Rumo Logística foi substituída por uma ação de emissão da Companhia. A partir de 13 de março de 2017 foram iniciados os negócios com as ações ordinárias de emissão da Companhia sob o novo código RAIL3 e nome do pregão RUMO S.A., tendo em vista o deferimento da listagem da Companhia pela B3.

Em 21 de setembro de 2017, foi aprovada a alteração do limite do capital autorizado da Companhia, de modo que o capital social possa ser aumentado em até R\$3.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Em 04 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$2.640.000, bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública primária de 220.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valores nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$9.654.897, dividido em 1.559.015.898 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações emitidas no âmbito da Oferta passaram a ser negociadas na B3 em 6 de outubro de 2017, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreu no dia 10 de outubro de 2017.

a) Concessão de operação ferroviária e terminal portuário

A Companhia detém, através de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Subsidiárias		
Elevações Portuárias	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Rumo Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte	Maio de 2079	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 17/CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão dessas controladas e coligadas serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos às controladas, junto
 com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados
 reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço
 concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das controladas, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa. Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram convertidos pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos da conversão estão registrados em outros resultados abrangentes e no patrimônio líquido.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 13 e 14 - Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios foi uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 14.

• Nota 20 – Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• Nota 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• Nota 30 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 25 - Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 25.

• Nota 19 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais consolidados:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;

2.5 Apresentação das informações por segmentos

A Administração está estruturada em duas vice-presidências, sendo a primeira focada nas operações Sul (composta pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste) e a segunda focada nas Operações Norte (composta pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista). Um terceiro segmento é composto pela Brado, controlada indireta da Companhia, focada na operação de contêineres e outros resultados das operações de contêineres nas malhas. Com isso, a Companhia apresenta três segmentos: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

	Participação direta e indireta		
	31/12/2017	31/12/2016	
Controladas			
Logispot Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%	
Elevações Portuárias S.A.	100,00%	100,00%	
Rumo Luxembourg Sarl	$100,\!00\%$	100,00%	
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%	
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%	
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%	
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%	
Rumo Malha Norte S.A.	99,52%	99,52%	
Boswells S.A.	100,00%	100,00%	
Brado Holding S.A.	100,00%	100,00%	
ALL Serviços Ltda.	99,99%	99,99%	
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%	
Paranaguá S.A.	100,00%	100,00%	
ALL Rail Management Ltda. (i)	-	50,01%	
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%	
Portofer Ltda.	100,00%	100,00%	
Brado Logística e Participações S.A.	62,22%	62,22%	
Brado Logística S.A.	62,22%	62,22%	
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%	
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%	
Servicios de Inversíon Logística Integrales S.A (ii)	100,00%	-	
PGT S.A.	100,00%	100,00%	

- (i) Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia vendeu sua participação de 50,01% para a Qualytpar Participações S.A..
- (ii) Em 26 de julho de 2017 a controlada Rumo Intermodal S.A. adquiriu as quotas da Servicios de Inversión Logística Integrales S.A., atualmente sem operações.

Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- a) em valor justo; ou
- b) em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, controladas são contabilizadas pelo uso da equivalência patrimonial.

• Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	Participação direta e indireta		
	31/12/2017	31/12/2016	
Coligadas (Equivalência patrimonial)			
Rhall Terminais Ltda.	30,00%	30,00%	
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%	
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%	
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%	

 ⁽i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica "Outros resultados abrangentes".

• Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

• Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

• Conversão das demonstrações financeiras das controladas

As demonstrações financeiras de controladas no exterior foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- a) os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- b) o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- c) o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada "Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior".

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do exercício.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (USD) eram R\$3,3080 = USD1,00 em 31 de dezembro de 2017, R\$3,2591 = USD1,00 em 31 de dezembro de 2016.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o peso argentino (ARS) eram R\$0,1755 = ARS1,00 em 31 de dezembro de 2017, R\$0,2056 = ARS1,00 em 31 de dezembro de 2016.

3.3 Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como a valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

i) Títulos e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento superior a três meses da data da compra e ou para os quais existe um risco mais que insignificante de mudança de valor devido a taxa de juros, preço cotado ou penalidade na retirada.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação e com um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii) Caixa restrito

O caixa restrito é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos da Companhia, bem como *escrow* para alienações fiduciárias.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores. Podem incluir ativos de instrumentos patrimoniais e de títulos de divida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando um investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido assim como os impostos relacionados.

• Instrumentos financeiros derivativos, incluindo hedge accounting

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- (i) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- (ii) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- (iii)o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) Hedge de valor justo:

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros e variação cambial para proteção de empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "custo da dívida bruta". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas e variação cambial protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "custo da dívida bruta".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento.

(ii) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualificam como hedge accounting, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.5 Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

• Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

• Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável.

3.6 Intangíveis e ágio

• Direito de concessão

O ágio gerado na combinação de negócios da Companhia foi alocado integralmente ao direito de concessão da Rumo Malha Norte e sua amortização está sendo realizada linearmente até o final do contrato de concessão.

Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial na controladora, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

• Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

i) Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

• Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos anualmente, na data base de 30 de setembro, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo de venda menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

• Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

• Benefícios pós emprego

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.10 Receita

(i) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

(ii) Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.11 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada Rumo Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.14 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente à R\$240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

• Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

• Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

• Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

• Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.16 Fluxo de caixa

• Transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

(i) Compra de imobilizado à prazo no montante de R\$105.102.

• Classificação de juros e dividendos

- (i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas controladas.
- (ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia estimou o impacto estimado da adoção da IFRS 15 e IFRS 9 sobre o patrimônio em 1° de janeiro de 2018 baseando-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1° de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido da Companhia em 01 de janeiro de 2018 é de R\$873. O ajuste estimado se refere à redução em lucros acumulados, devido a perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquido dos efeitos tributários.

• IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- i. Identificar o contrato;
- ii. Identificar as obrigações de desempenho;
- iii. Determinar o preço da transação;
- iv. Alocar o preço da transação; e
- v. Reconhecer a receita

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

a) Prestação de serviços

A Companhia atua na prestação de serviço de transporte e elevação. Os serviços são vendidos por conta própria em contratos (formais ou não) identificados e, normalmente, separados com os clientes.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares, e a aplicação da IFRS 15 não resultará em diferenças no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e, em muitos casos, aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras. Em particular devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho, além da desagregação das receitas por componentes de venda de bens e serviços. Em 2017 a Companhia testou os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias e concluiu que o impacto nas divulgações não será significativo devido às características dos serviços prestados pela Companhia.

c) Outros ajustes

As exigências de reconhecimento e mensuração na IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não foram identificadas diferenças decorrentes dessas mudanças para a Companhia.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, impairment e hedge accounting. A IFRS 9 é efetiva para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, com permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

b) Impairment

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida dos seus empréstimos e recebíveis, a provisão para perdas aumentará, com a correspondente redução do ativo fiscal diferido.

c) Hedge accounting

A Companhia determinou que todas as relações de hedge existentes atualmente designadas em relações de hedge efetivas continuarão a ser qualificadas para hedge accounting de acordo com a IFRS 9. A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os hedges onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com a IAS 39. Como a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por hedges efetivas, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos e investimentos em associadas, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

• IFRS 16 Arrendamentos

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. O impacto mais significativo identificado decorrerá do registro de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de ativos vinculados às concessões.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de recolhimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Reorganização societária

Incorporação da Rumo Logística em dezembro de 2016

Nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das Sociedades por Ações ("Incorporação"), com o objetivo de finalizar o processo de combinação de atividades que se iniciou em 2014, otimizar e simplificar a estrutura organizacional do grupo econômico ao qual a Companhia pertence, os acionistas aprovaram uma reorganização societária, que ocorreu por meio da incorporação da Rumo Logística pela Companhia, e consequente extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, por deliberação dos acionistas, foi aprovada a incorporação da Rumo Logística cujo capital social na data era de R\$8.051.490, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.339.015.898 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pela Companhia cujo capital social na data era de R\$5.589.982, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 3.694.629.941 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia aumentou em R\$1.424.915, sem afetar a posição de acionistas com relação à participação na Companhia.

Por se tratar de uma incorporação reversa, todas as ações das Companhias antes da incorporação foram canceladas e cada acionista recebeu em substituição às suas respectivas ações, igual quantidade de ações da Companhia após a incorporação. Assim, a relação de troca foi fixada de forma que foram atribuídas aos acionistas da Companhia o total de 1.339.015.898 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Novas Ações"), sendo atribuída, 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Rumo Logística detida pelos atuais acionistas da Companhia, de modo que a emissão das Novas Ações pela Companhia não resultou na diluição dos atuais acionistas da Companhia.

Com a subscrição de ações representativas do capital social da Companhia, no valor de R\$1.424.915 o capital social passou de R\$5.589.982 para R\$7.014.897.

As incorporações de entidades sob controle comum estão fora do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 15. Com isso a Administração observou as disposições da Instrução CVM 319/99, editada antes do CPC 15 e alterada pelas Instruções CVM 320/99, 349/01 e 565/15. No julgamento da Administração, todos os efeitos de valores justos oriundos de combinações de negócios concluídas anteriormente a incorporação foram mantidos na Companhia, principalmente, aquele atribuído ao direito de concessão detido pela subsidiária Rumo Malha Norte, uma vez que permanecem válidos os fundamentos econômicos utilizados na sua constituição.

Segue demonstrado o efeito no acervo patrimonial da Companhia:

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	3.259
Títulos e valores mobiliários	20.970	24.425
Contas a receber de clientes	36.907	53.112
Adiantamentos a fornecedores	831.357	912.121
Outros tributos a recuperar	24.401	17.827
Outros ativos	55.911	38.851
Investimentos em controladas e coligadas	4.005.739	158
Imobilizado	100.392	860.568
Intangível	462.764	6.047.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.117.989)	(1.254.545)
Fornecedores	(22.344)	(53.570)
Ordenados e salários a pagar	(16.772)	(24.950)
Impostos e contribuição social a pagar	(13.714)	(7.490)
Pagáveis a partes relacionadas	(339.201)	(376.883)
Adiantamento de clientes	(17.663)	(37.280)
Outras contas a pagar	(18.859)	(28.999)
Passivo a descoberto	(214.356)	-
Provisão para demandas judiciais	(25.271)	(25.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(152.808)	(2.497.324)
Participação de acionistas não controladores		(48.938)
Ativos líquidos contribuídos	3.602.465	3.602.465
Capital social	1.424.915	1.424.915
Reserva de capital	2.177.550	2.177.550
Total	3.602.465	3.602.465

Segregação da atividade de elevação portuária

No acervo patrimonial recebido pela Companhia no âmbito da reorganização, estavam os ativos e passivos relacionado às operações portuárias. Tais ativos e passivos foram aportados na nova subsidiária direta, Elevações Portuárias, dedicada a essa atividade.

A transação foi aprovada pelos acionistas da Elevações Portuárias em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, gerando aumento de capital social da Elevações Portuárias no montante de R\$672.396 mediante a emissão de 672.396.057 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela Companhia referente a contribuição de ativos.

Aporte de material rodante na Rumo Malha Norte

Os ativos ferroviários (vagões e locomotivas) que integravam o acervo patrimonial da antiga controladora Rumo Logística, incorporado na Companhia, foram aportados na subsidiária direta Rumo Malha Norte, onde tais ativos são utilizados.

A transação foi deliberada pelos acionistas da Rumo Malha Norte, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2016, na qual foi aprovado o aumento do capital social da Rumo Malha Norte, no montante de R\$895.727 mediante a emissão de 350.094.082 novas ações ordinárias referente a contribuição de ativos da Companhia.

Em todas as etapas da reorganização, as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base de avaliação e a data da efetiva da reorganização, foram absorvidos pela Companhia, em contrapartida da rubrica de reserva de capital, no patrimônio líquido.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		idado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	916	3.039	9.555	85.107
Aplicações financeiras	14_	<u> </u>	168.449	175.420
	930	3.039	178.004	260.527

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	156.922	145.348
Operações compromissadas	-	-	6.663	26.719
Outras aplicações	14		4.864	3.353
	14	-	168.449	175.420
_				
_	14		168.449	175.420

7 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

<u>Título e valores mobiliários</u>	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Títulos públicos (i)	421.810	59.703	2.939.823	633.221
Certificados de depósitos bancários (ii)	-	-	212.618	283.372
	421.810	59.703	3.152.441	916.593

⁽i) Títulos públicos classificados como mantidos para negociação possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

⁽ii) Certificados de depósitos bancários classificados como mantidos para negociação possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito	Controladora		Controladora Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	93.251	63.474
Valores depositados em garantia	3.321	3.288	132.383	137.525
	3.321	3.288	225.634	200.999

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consoli	idado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	38.874	59.211	362.762	434.543
Mercado externo	241	158	39.740	15.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.900)	(1.679)	(30.784)	(18.586)
	37.215	57.690	371.718	431.461
Circulante	24.839	43.385	359.342	417.156
Não circulante	12.376	14.305	12.376	14.305
	37.215	57.690	371.718	431.461

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	24.163	27.355	198.539	370.249
Vencidas				
Até 30 dias	9.016	16.518	82.938	36.919
De 31 a 60 dias	3.030	9.025	15.537	6.330
De 61 a 90 dias	754	2.771	56.832	3.568
Mais de 90 dias	2.152	3.700	48.653	32.981
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.900)	(1.679)	(30.781)	(18.586)
	37.215	57.690	371.718	431.461

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo em 1º de janeiro	(1.679)	-	(18.586)	(41.085)
Provisões	(799)	-	(20.240)	(4.063)
Reversões	578	-	8.042	2.191
Efeito de reorganização societária (i)		(1.679)		24.371
Saldo em 31 de dezembro	(1.900)	(1.679)	(30.784)	(18.586)

⁽i) O saldo da controladora incorporou a provisão registrada na incorporada. O consolidado foi reduzido pelo efeito de valor justo alocado ao preço de aquisição da Companhia pela Rumo Logística.

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos, ou no caso de falência, saldo integral independente do prazo.

9 Estoques

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Peças e acessórios	361	376	244.256	244.453	
Combustíveis e lubrificantes	6	5	4.207	7.397	
Almoxarifado e outros	137	100	33.828	32.729	
	504	481	282,291	284.579	

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 12.352 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 23.351em 31 de dezembro de 2016).

Outros tributos a recuperar **10**

	Control	ladora	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
COFINS	6.555	1.433	247.058	188.824		
PIS	1.311	311	67.327	45.425		
ICMS (i)	46	-	378.204	331.960		
ICMS CIAP (ii)	-	-	204.576	174.221		
Outros	49	42	10.013	4.384		
	7.961	1.786	907.178	744.814		
Circulante	5.979	1.786	209.121	84.009		
Não circulante	1.982	<u> </u>	698.057	660.805		
	7.961	1.786	907.178	744.814		

⁽i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

11 **Partes Relacionadas**

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	282	282	656	440
Rumo Malha Norte S.A.	19.984	27.500	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	30.049	91.886	-	-
Rumo Malha Sul	3.294	2.513	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	149	149	5.031	12.412
Raízen Energia S.A.	2.946	2.083	6.556	14.261
Brado Logística S.A	4.896	5.606	-	-
Elevações Portuárias S.A.	17.483	-	-	-
Outros	816	425	931	1.701
	79.899	130.444	13.174	28.814
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	18.086	-
	-		18.086	
Operações financeiras				
Rumo Luxembourg Sarl	61.198	-	-	-
ALL - Argentina	3.326	1.428	-	-
-	64.524	1.428	-	-
	64.524	1.428	18.086	
Total	144.423	131.872	31.260	28.814

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Passivo circulante					
Operações comerciais					
Rumo Malha Norte S.A.	1.164	76	-	-	
Rumo Malha Sul S.A.	5.620	1.818	-	-	
Rumo Malha Paulista S.A.	93.847	398.029	-	-	
Rumo Malha Oeste S.A.	857	-	-	-	
Raízen Combustíveis S.A.	17	1	118.375	68.151	
Raízen Energia S.A.	6.082	7.021	21.095	18.431	
Cosan S.A. Indústria e Comércio	429	17.378	2.865	17.407	
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	353	356	3.225	1.854	
Logispot Armazéns Gerais S.A.	172	761	-	-	
ALL - Argentina	1.010	1.010	-	-	
Elevações Portuárias S.A.	15.899	-	-	-	
Outros	-	336	1.539	867	
	125.450	426.786	147.099	106.710	
Passivo não circulante					
Operações financeiras					
ALL Argentina	4.733	4.733	-	-	
Boswells	20.675	20.369	-	-	
Outros	75	77	-	-	
	25.483	25.179			
Total	150.933	451.965	147.099	106.710	

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receita operacional					
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	290.355	-	389.457	17.445	
Raízen Combustíveis S.A. (iii)	-	-	141.320	122.848	
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.	-	-	-	207.081	
Rumo Malha Paulista S.A. (iii)	279.055	-	-	-	
Outros	12.000	<u>-</u> _	8.381	3.999	
	581.410	=	539.158	351.373	
Compras de produtos / insumos					
Raízen Combustíveis S.A. (iv)	-	-	(1.006.510)	(817.174)	
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.	-	-	-	(333.132)	
Rumo Malha Paulista S.A. (v)	(77.424)	-	-	-	
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (vi)	-	-	(34.663)	(37.939)	
Outros	(1.477)	(355)		(183)	
	(78.901)	(355)	(1.041.173)	(1.188.428)	
Despesa compartilhada (vii)					
Cosan S.A. Indústria e Comércio	(598)	-	(10.929)	(11.928)	
Rumo Malha Oeste S.A.	126	-	-	-	
Rumo Malha Paulista S.A.	1.186	-	-	-	
Rumo Malha Sul S.A.	(1.355)	-	-	-	
Rumo Malha Norte S.A.	1.901	-	-	-	
Raízen Energia S.A.	(1.503)		(26.824)	(26.431)	
	(243)	-	(37.753)	(38.359)	
Resultado financeiro					
Rumo Malha Oeste S.A.	-	(12.353)	-	=	
Rumo Malha Paulista S.A.	(40.675)	(53.071)	-	=	
Rumo Malha Sul S.A.	-	(509)	-	-	
Rumo Malha Norte S.A.	(80.663)	(116.418)	-	-	
Rumo Intermodal	-	(835)	-	-	
Outros	1.474	(7)	1	-	
	(119.864)	(183.193)	1	-	

⁽i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária.

⁽ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 para a Raízen Combustíveis e suas controladas se refere principalmente a transporte de combustíveis.

⁽iii) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para a Rumo Malha Paulista se refere a locação de vagões e locomotivas.

⁽iv) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas se referem a compras de combustíveis.

⁽v) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 junto à Rumo Malha Paulista se referem à gastos relacionados a receita de locação de vagões e locomotivas.

⁽vi) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 junto à Cosan Lubrificantes se referem a compras de lubrificantes.

⁽vii) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados do grupo Cosan.

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	32.305	8.068
Transações com pagamentos baseados em ações (Nota 25)	2.537	-
	34.842	8.068

A remuneração da administração consolidada da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização societária mencionada na nota 1, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

12 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Aumento de capital / AFAC	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Reclassificação passivo a descoberto	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Controladas												
Elevações Portuárias	672.397.254	672.397.254	100,00%	654.719	70.881	-	(57.634)	-	-	-	-	667.966
Rumo Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%	63.447	(1.280)	-	(451)	362	-	-	-	62.078
ALL Serviços	100.000	99.999	99,99%	9.538	(3.059)	-	-	-	-	-	-	6.479
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	1.183.698.555	99,52%	7.593.140	472.066	-	(277.844)	-	77.430	(29.645)	-	7.835.147
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	20.679	-	-	-	310	-	-	-	20.989
Rail Management	20.000	-	-	96	(104)	-	-	-	8	-	-	-
Brado Holding	500	500	100,00%	360.073	2.619	-	(4.789)	-	-	-	-	357.903
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%	6.456	5.075	6.089	-	(2.080)	-	-	-	15.540
Logispot	2.040.816	1.040.816	51,00%	75.091	(1.561)	-	-	-	-	-	-	73.530
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	-	-	-	-	-	-	-	506.796	506.796
Outros	-	-	-	158	-	-	-	-		-	(158)	-
				8.783.397	544.637	6.089	(340.718)	(1.408)	77.438	(29.645)	506.638	9.546.428
Passivo a descoberto												
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(19.463)	(12.511)	_	_	2.791	486	_	_	(28.697)
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%	-	(35.396)		_	_	_	_	158	(35.238)
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	(73.383)	(91.884)	_	_	_	130	(19.011)	-	(184.148)
Rumo Malha Oeste	478,460,074	478,460,074	100,00%	(680.636)	(181.963)	_	_	_	_	_	_	(862.599)
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	(384.710)	(382.171)	1.350.000	_	-	(76.323)	-	(506.796)	-
			,	(1.158.192)	(703.925)	1.350.000		2.791	(75.707)	(19.011)	(506.638)	(1.110.682)
				7.625.205	(159.288)	1.356.089	(340.718)	1.383	1.731	(48.656)	-	8.435.746

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Aumento de capital / AFAC	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Outros	Amortização do direito de concessão	Efeito de reorganização societária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Controladas												
Elevações Portuárias	1.200	1.197	99,75%	-	-	-	-	-	-	-	654.719	654.719
ALL Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	207.715	(357.768)	150.281	-	-	(228)	-	-	-
Rumo Intermodal	91.064.313	91.064.313	100,00%	60.466	1.900	-	-	538	543	-	-	63.447
ALL Serviços	100.000	99.999	100,00%	35.835	(1.891)	-	(24.406)	-	-	-	-	9.538
ALL Equipamentos	304.641	-	-	287	3	-	-	-	(290)	-	-	-
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	294.541	(141.348)	245.689	-	(91)	-	(19.012)	(379.779)	-
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	1.182.993.189	99,46%	3.915.190	109.417	203.156	(239.336)	(101)	69	(29.644)	3.634.389	7.593.140
Boswells	3.265.000	3.265.000	100,00%	24.429	127	-	-	(3.877)	-	-	-	20.679
Rail Management	20.000	10.001	50,01%	379	(283)	-	-	-	-	-	-	96
Brado Holding	500	500	100,00%	322.286	16.626	-	-	-	-	-	21.161	360.073
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%	1.674	(325)	5.141	-	(842)	808	-	-	6.456
Logispot	2.040.816	1.020.408	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	75.091	75.091
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158	158
				4.862.802	(373.542)	604.267	(263.742)	(4.373)	902	(48.656)	4.005.739	8.783.397
Passivo a descoberto				=======================================								
ALL Participações	11.878.449	_	-	(9.773)	9.339	-	-	434	_	-	-	_
ALL Argentina	9.703.000	8.826.110	90,96%	(20.087)	(2.027)	-	-	9.748	(7.097)	-	-	(19.463)
Rumo Malha Oeste	478.460.074	478.460.074	100,00%	(484.439)	(183.777)	-	-	(78)	-	-	(12.342)	(680.636)
Rumo Malha Paulista	90.826.624.247	90.826.624.247	100,00%	_	-	-	-	-	-	-	(73.383)	(73.383)
Rumo Malha Sul	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%	-	(298.372)	43.171	-	(879)	-	-	(128.630)	(384.710)
				(514.299)	(474.837)	43.171	-	9.225	(7.097)		(214.355)	(1.158.192)
				4.348.503	(848.379)	647.438	(263.742)	4.852	(6.195)	(48.656)	3.791.384	7.625.205

b) Consolidado

Coligadas	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	3.645	634	_	-	4.279
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	7.669	(3.206)	-	-	4.463
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	18.535	5.479	(6.307)	(158)	17.549
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	16.998	1.336	(2.695)	-	15.639
Total				46.847	4.243	(9.002)	(158)	41.930
10111				101017		(21002)	(100)	11,500
	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	3.845	(200)			3.645
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.138	2.531	-	-	7.669
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.701	2.429	(3.753)	158	18.535
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.558	3.620	(2.180)	-	16.998
Total				44.242	8.380	(5.933)	158	46.847

Informações das investidas

		,,		
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Investidas				
Elevações Portuárias	873.055	205.089	667.966	70.881
Rumo Intermodal	89.856	27.778	62.078	(1.280)
ALL Serviços	7.167	688	6.479	(3.059)
Rumo Malha Norte	11.802.015	8.574.359	3.227.656	496.554
Boswells	20.989	-	20.989	-
Brado Holding	338.533	873	337.660	3.537
Paranaguá S.A.	15.784	228	15.556	5.082
Logispot	134.752	64.163	70.589	(3.063)
ALL Argentina	6.866	38.415	(31.549)	(13.755)
Rumo Luxembourg				
Sarl	2.557.861	2.593.099	(35.238)	(33.425)
Rumo Malha Paulista	5.532.538	5.552.320	(19.782)	(164.182)
Rumo Malha Oeste	583.532	1.438.906	(855.374)	(187.080)
Rumo Malha Sul	4.081.132	3.443.117	638.015	(455.905)
Rhall Terminais Ltda.	15.521	892	14.629	2.406
Termag S.A.	178.152	155.833	22.319	7.295
TGG S.A.	240.075	53.110	186.965	43.210
Terminal XXXIX	44.940	13.661	31.279	2.765

	31/12/2016						
	Total do	Total do	Patrimônio	Resultado			
	ativo	passivo	líquido	do exercício			
<u>Investidas</u>							
Elevações Portuárias	844.804	190.084	654.720	-			
Rumo Intermodal	93.499	30.052	63.447	1.900			
ALL Serviços	10.837	1.299	9.538	(1.891)			
Rumo Malha Norte	8.859.127	6.746.668	2.112.459	110.261			
Boswells	20.679	-	20.679	(1)			
Rail Management	370	180	190	(566)			
Brado Holding	338.912	-	338.912	16.626			
Paranaguá S.A.	3.078	(3.389)	6.467	(325)			
Logispot	144.591	70.940	73.651	(341)			
ALL Argentina	8.418	29.815	(21.397)	(2.228)			
Rumo Malha Paulista	5.549.435	5.405.035	144.400	(141.348)			
Rumo Malha Oeste	617.294	1.285.588	(668.294)	183.776			
Rumo Malha Sul	3.071.108	3.411.304	(340.196)	(740.256)			
Rhall Terminais Ltda.	13.589	1.626	11.963	(91)			
Termag S.A.	185.364	148.035	37.329	9.906			
TGG S.A.	222.685	38.910	183.775	24.320			
Terminal XXXIX	43.226	14.618	28.608	7.492			

c) Não controladores

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 01 de janeiro de 2017	Resultado de não controladores	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Logispot	2.040.816	1.000.000	49,00%	36.089	(1.500)	-	-	34.589
Brado Participações	12.962.963	5.027.037	38,78%	218.637	2.148	(2.402)	-	218.383
Rumo Malha Norte	1.189.412.363	5.709.179	0,48%	15.770	1.825	(2.648)	2	14.949
Rail Management	20.000	20.000	100,00%	96	(104)	-	8	-
Total				270.592	2.369	(5.050)	10	267.921
	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 01 de janeiro de 2016	Resultado de não controladores	Outros	Efeito de reorganização societária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Logispot	2.040.816	1.000.000	49,00%	-	-	-	36.089	36.089
Brado Participações	12.962.963	8.000.000	61,71%	195.692	10.096	-	12.849	218.637
ALL Malha Norte	1.189.412.363	6.419.174	0,54%	13.674	845	1.251	-	15.770
Rail Management	20.000	9.999	49,99%	379	(283)	-	-	96
Total				209.745	10.658	1.251	48.938	270.592

13 Imobilizado

Consolidado								Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) /	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2017	866.974	553.889	7.478.023	6.353.604	668.562	767.992	16.689.044	139.728
Adições	-	5.911	14.835	3.729	2.123.536	676	2.148.687	37.227
Baixas	(2.239)	(100.583)	(125.206)	(3.695)	25.350	(9.047)	(215.420)	-
Transferências	23.604	238.852	935.497	661.226	(1.889.602)	16.486	(13.937)	(274)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	888.339	698.069	8.303.149	7.014.864	927.846	776.107	18.608.374	176.681
Valor de depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(280.141)	(237.086)	(2.975.976)	(2.396.583)	-	(462.139)	(6.351.925)	(30.425)
Adições	(31.582)	(116.745)	(643.683)	(395.677)	-	(9.718)	(1.197.405)	(10.183)
Baixas	234	89.695	99.753	749	-	4.355	194.786	-
Transferências	(497)	(13.612)	40.576	(12.621)	-	(1.398)	12.448	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(311.986)	(277.748)	(3.479.330)	(2.804.132)	-	(468.900)	(7.342.096)	(40.588)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	586.833	316.803	4.502.047	3.957.021	668.562	305.853	10.337.119	109.303
Saldo em 31 de dezembro de 2017	576.353	420.321	4.823.819	4.210.732	927.846	307.207	11.266.278	136.093

Consolidado							Controladora	
	Terrenos,	Máquinas,	Vagões e					
	edifícios e	equipamentos e	locomotivas (i)/		Obras em			
	benfeitorias	instalações	(ii)	Via Permanente (i)	andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:							_	
Saldo em 01 de janeiro de 2016	328.618	24.283	5.888.834	6.359.873	412.420	975.752	13.989.780	5.146
Adições	-	-	23.965	46.010	1.641.543	3.814	1.715.332	5.202
Efeito de reorganização societária	454.707	529.606	871.282	(910.472)	71.282	7.150	1.023.555	129.912
Baixas	(3.322)	-	(1.652)	(9.472)	(202)	(28.421)	(43.069)	-
Transferências	86.971	-	695.594	867.665	(1.456.481)	(190.303)	3.446	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	866.974	553.889	7.478.023	6.353.604	668.562	767.992	16.689.044	139.728
Valor de depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2016	(72.624)	(7.306)	(2.405.353)	(1.983.801)	_	(499.439)	(4.968.523)	(424)
Adições	(19.709)	· · · · · -	(643.309)	(505.277)	_	(72.688)	(1.240.983)	(481)
Efeito de reorganização societária	(93.276)	(229.780)	67.498	96.324	_	(3.753)	(162.987)	(29.520)
Baixas	431		474	3.284	_	19.354	23.543	· -
Transferências	(94.963)	_	4.714	(7.113)	_	94.387	(2.975)	_
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(280.141)	(237.086)	(2.975.976)	(2.396.583)	-	(462.139)	(6.351.925)	(30.425)
Saldo em 01 de janeiro de 2016	255.994	16.977	3.483.481	4.376.072	412.420	476.313	9.021.257	4.722
Saldo em 31 de dezembro de 2016	586.833	316.803	4.502.047	3.957.021	668.562	305.853	10.337.119	109.303

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, vagões e locomotivas no montante de R\$ 743.203 (R\$ 201.678 em 31 de dezembro de 2016), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 15).

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve custos de empréstimos capitalizados (R\$2.354 em 31 de dezembro de 2016 a taxa média de 6,46% a.a).

14 Intangível

	Consolidado					Controladora
	Ágio (i)	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2017	100.451	7.662.964	343.177	196.336	8.302.928	617.796
Adições	-	-	-	1.805	1.805	-
Baixas	-	-	-	(4.220)	(4.220)	-
Transferências	-	337.736	-	(15.852)	321.884	(4.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	100.451	8.000.700	343.177	178.069	8.622.397	612.985
Valor de amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	(310.958)	(108.429)	(102.252)	(521.639)	(150.614)
Adições	-	(120.909)	(11.740)	(11.633)	(144.282)	(40.330)
Baixas	-	-	-	4.218	4.218	-
Transferências	-	(337.736)	-	11	(337.725)	5.065
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(769.603)	(120.169)	(109.656)	(999.428)	(185.879)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	100.451	7.352.006	234.748	94.084	7.781.289	467.182
Saldo em 31 de dezembro de 2017	100.451	7.231.097	223.008	68.413	7.622.969	427.106

			Consolidado			Controladora
	Ágio (i)	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:					·	
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	2.408.392	26.200	175.597	2.610.189	8.951
Adições	-	-	-	878	878	-
Efeito de reorganização societária	100.451	5.254.572	924.637	11.496	6.291.156	608.314
Eliminação (iii)	-	-	(607.660)	-	(607.660)	-
Transferências	-	-	-	8.365	8.365	531
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.662.964	343.177	196.336	8.302.928	617.796
	_		-	_		
Valor de amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	(262.302)	(17.699)	(79.380)	(359.381)	(3.692)
Adições	-	(48.656)	(724)	(14.550)	(63.930)	(1.372)
Efeito de reorganização societária	-	-	(235.154)	(8.324)	(243.478)	(145.550)
Eliminação (iii)	-	-	145.148	-	145.148	-
Transferências	-	-	-	2	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(310.958)	(108.429)	(102.252)	(521.639)	(150.614)
		-		-		
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	2.146.090	8.501	96.217	2.250.808	5.259
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.352.006	234.748	94.084	7.781.289	467.182

⁽i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores, sendo R\$62.922 da antiga controlada indireta Teaçú Armazéns Gerais S.A., incorporada pela Rumo Logística, e R\$37.529 da controlada indireta Logispot, apresentado somente no consolidado.

⁽ii) A amortização é reconhecida na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2017	31/12/2016
Licença de software (a)	20,00%	31.669	27.158
Licença de operação (b)	3,70%	223.008	234.748
Direito de concessão (c)	1,59%	7.231.097	7.352.006
Outros		36.744	66.926
Total		7.522.518	7.680.838

a) Refere-se principalmente ao sistema de gestão empresarial - ERP da Companhia.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

O saldo de ágio registrado pela Companhia está associado à operação de elevação portuária e terminais, de forma que esta unidade geradora de caixa precisa ser testada anualmente.

O valor recuperável desta unidade geradora de caixa foi determinado pelo valor liquido de despesas de venda da unidade, utilizando a técnica de múltiplos de EBITDA.

As principais premissas utilizadas foram (i) EBITDA gerado pela unidade geradora de caixa no exercício de 2017, e (ii) média dos múltiplos praticados por agentes de mercado para empresas do setor de atuação da Companhia. O cálculo resultou em um valor recuperável de R\$ 1.709.000, frente a um valor de livros de R\$ 811.618, que inclui imobilizado e intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nenhum ativo e ágio teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

b) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Elevações Portuárias, proveniente de combinação de negócios da Teaçú.

c) Refere-se ao direito de concessão alocado ao contrato da Rumo Malha Norte, proveniente da combinação de negócios da Companhia, que será amortizado até o final dessa concessão em 2079.

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		_	
Descrição	Indexador (i)	Taxa média anual de juros	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	Vencimento final	
Empréstimos e financiamentos								
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,26%	603.658	711.229	1.281.371	1.232.984	fev/2025	
	URTJLP	8,79%	-	-	-	17	jan/2017	
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,89%	-	-	2.695	3.930	jan/2024	
	URTJLP	8,83%	176.230	257.464	2.270.055	2.663.459	jun/2029	
	IPCA	10,74%	-	-	2.840	3.453	nov/2021	
	Selic	13,65%	-	-	4.075	5.277	set/2020	
NCE	112% do CDI	7,75%	-	-	59.858	120.069	dez/2018	
	125% do CDI	8,69%	-	-	644.766	552.576	dez/2023	
	CDI + 3,47% a.a.	11,89%	-	-	-	80.486	nov/2017	
	CDI + 3,50% a.a.	10,63%	-	-	294.968	294.516	dez/2018	
Sênior Notes	Pré-fixado (US\$) (ii)	7,38%	-	-	2.570.622	-	fev/2024	
Bancos Comerciais	CDI + 4,91% a.a. Pré-fixado (US\$)	12,14%	-	-	98.117	163.815	jun/2019	
	(iii)	5,45%			95.040	86.140	dez/2021	
			779.888	968.693	7.324.407	5.206.722		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	CDI + 2,05% a.a.	9,08%	152.573	154.235	152.573	154.285	abr/2018	
	CDI + 1,30% a.a.	11,57%	-	300.183	-	300.183	set/2017	
	CDI + 3,50% a.a.	10,63%	-	-	1.359.125	2.347.271	jun/2023	
	108 % do CDI	7,46%	-	-	171.515	350.852	jul/2018	
	128 % do CDI	8,90%	-	-	499.576	-	dez/2025	
	Pré-fixado (iv)	13,13%	-	-	163.750	163.862	out/2020	
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	8,28%	663.064	992.335	-	-	jan/2020	
			815.637	1.446.753	2.346.539	3.316.453		
Total			1.595.525	2.415.446	9.670.946	8.523.175		
Circulante			336.526	487.928	1.594.008	1.467.725		
Não circulante			1.258.999	1.927.518	8.076.938	7.055.450		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tem contratos de swap para 144% do CDI que representa uma taxa média de 10,13% a.a.
- (iii) Dívida com swap para 135% do CDI que representa uma taxa média de 9,41% a.a.
- (iv) Dívida com swap para 109% do CDI que representa uma taxa média de 7,59% a.a.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e suas controladas, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 3,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$1.183.208 (R\$3.197.176 em 31 de dezembro de 2016).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,89% e TJLP de 7.0%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Contro	ladora	Consol	idado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	170.584	1.326.453	962.104	1.444.347
25 a 36 meses	783.467	173.001	1.381.773	1.100.804
37 a 48 meses	90.396	122.677	1.079.396	1.514.292
49 a 60 meses	77.157	90.922	857.242	1.164.566
61 a 72 meses	73.173	77.124	624.380	945.894
73 a 84 meses	64.222	73.146	2.806.936	518.839
85 a 96 meses	-	64.195	151.971	139.007
A partir de 97 meses			213.136	227.701
	1.258.999 1.927.518		8.076.938	7.055.450

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Conso	Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016				
Reais (R\$)	7.005.284	8.437.035				
Dólar (US\$)	2.665.662	86.140				
Total	9.670.946	8.523.175				

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- <u>FINAME</u> Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- <u>FINEM</u> Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Nota de crédito de exportação - NCE

Em 27 de dezembro de 2017, a controlada Rumo Malha Norte efetuou uma emissão de nota de crédito à exportação no montante de R\$650.000, com vencimento em 26 de dezembro de 2023.

Debêntures

Em 30 de junho de 2016, a controlada Rumo Malha Norte efetuou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Companhia.

Em 5 de dezembro de 2017, a controlada Rumo Malha Norte efetuou a décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$500.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Companhia.

Senior Notes 2024

Em 9 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, *Senior Notes due 2024* ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente. Essa dívida está protegida por *Swap* de câmbio e juros.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$94.220 (R\$541.639 em 31 de dezembro de 2016).

Cláusulas Restritivas ("covenants")

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas contratuais restritivas envolvendo indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros mais restritivos consistem em: (i) endividamento abrangente líquido (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e instrumentos derivativos vinculados à operações de crédito, deduzidos de títulos e valores mobiliários, bem como caixa e equivalentes de caixa)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e operações de derivativos). A apuração para os covenants acima é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O ratio pactuado para 31 de dezembro de 2017 é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. O limite é restringido anualmente até atingir 3,0x e 2,0x, respectivamente, em 2021.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de "*covenants*". Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016		
Saldo em 01 de janeiro	8.523.175	5.675.752		
Captações	3.786.463	3.345.112		
Atualização juros, variação monetária e cambial	1.269.514	773.409		
Amortização de principal	(2.961.824)	(1.956.438)		
Pagamento de juros	(946.382)	(569.205)		
Efeito de reorganização societária		1.254.545		
Saldo em 31 de dezembro	9.670.946	8.523.175		

16 Outros tributos a pagar

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	-	181	3.040	2.407
INSS	156	1.768	6.557	5.930
PIS	976	467	1.587	988
COFINS	4.550	2.778	7.526	5.293
Parcelamento de débitos tributários	902	902	21.955	23.709
ISS	85	870	4.494	3.364
IOF	14	-	2.244	2.992
Outros	120	659	6.374	5.130
	6.804	7.625	53.778	49.813
Circulante	6.804	7.625	42.767	32.757
Não circulante			11.010	17.056

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Car	1	12.3		۱.
Cor	ารถ	10	เลด	n

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	6.534	7.617
25 a 36 meses	2.636	6.042
37 a 48 meses	309	1.015
49 a 60 meses	126	694
61 a 72 meses	126	521
73 a 84 meses	126	521
85 a 96 meses	126	442
A partir de 97 meses	1.027	204
	11.010	17.056

17 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(293.290)	(1.137.856)	(249.519)	(1.165.596)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	99.719	386.871	84.836	396.303
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(54.158)	(288.449)	1.443	2.849
Resultado de empresas no exterior	(5)	-	(15.124)	-
Lucro da exploração	` <u>-</u>	-	74.416	10.092
Transações com pagamento baseado em ações	(1.878)	_	(1.878)	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (i)	19.184	(1.909)	(158.750)	(283.004)
Efeito de amortização de ágio fiscal	(16.543)	(16.543)	1.853	-
Outros	(13.836)	(5.344)	4.285	(13.216)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	32.483	74.626	(8.919)	113.024
Taxa efetiva	11,08%	6,56%	-3,57%	9,70%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malhas Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração de lucros tributários.
- b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	259.009	239.086	1.706.353	1.503.707
Base negativa de contribuição social	104.076	96.904	624.339	560.005
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	14.063	12.121	205.611	212.068
Provisão impairment	30.327	30.327	250.236	319.070
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	646	831	22.483	18.384
Provisão para não realização de impostos	-	-	30.515	22.274
Provisão para participação nos resultados	6.282	4.629	28.987	17.401
Revisão de vida útil	(1.085)	-	472.602	296.431
Diferenças temporárias	11.680	2.845	118.755	112.922
Outros		12.859	66.808	73.212
Tributos diferidos - Ativos	424.998	399.602	3.526.689	3.135.474
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(352.062)	(370.457)	(1.940.650)	(1.781.670)
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Combinações de negócios - Imobilizado	1.029	(473)	136.174	171.744
Ágio fiscal amortizado	-		(21.991)	(19.714)
Arrendamento mercantil	(787)	(501)	(277.077)	(138.511)
Resultado não realizado com derivativos	` -	-	·	(1.024)
Combinação de negócios - Intangível	(73.178)	(77.170)	(2.579.894)	(2.579.246)
Outros	` <u>-</u>		(28.767)	(23.613)
Tributos diferidos - Passivos	(72.936)	(78.144)	(2.771.555)	(2.590.364)
Total de tributos diferidos	-	(48.999)	(1.185.516)	(1.236.560)
Diferido Ativo	-	_	1.156.560	1.160.968
Diferido Passivo	-	48.999	2.342.076	2.397.528

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	1.069.719
Resultado	103.809	189.205
Efeito de reorganização societária	(152.808)	(2.497.324)
Outros	<u>-</u>	1.840
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(48.999)	(1.236.560)
Resultado	32.483	34.322
Gastos com emissão de ações	16.515	16.515
Outros	1	207
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u> </u>	(1.185.516)

18 Fornecedores

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	20.388	38.890	626.051	555.855
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	1.814	706
Outros	13.306	11.481	731	8.949
Total	33.694	50.371	628.596	565.510
Circulante Não circulante ⁽ⁱ⁾	33.694	50.371	628.596	564.942
14a0 Circulante				

⁽i) Apresentado no balanço patrimonial na rubrica de "outras contas a pagar" do passivo não circulante.

19 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias	1.822	2.595	68.897	74.472
Cíveis, regulatórias e ambientais	3.092	1.947	148.736	154.187
Trabalhistas	31.760	25.373	284.401	278.363
	36.674	29.915	502.034	507.022
		Depósito	os judiciais	

	Controladora		Conso	solidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Tributárias	5.540	5.642	18.368	25.115	
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.460	1.220	162.260	154.035	
Trabalhistas	10.282	9.895	150.344	120.726	
	17.282	16.757	330.972	299.876	

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	<u>Controladora</u>			
		Cíveis,		_
	Tributárias	regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	-	-	8.910	8.910
Provisionados no exercício	-	963	618	1.581
Baixas por reversão ou pagamento	-	(321)	(3.419)	(3.740)
Atualização monetária	-	717	161	878
Depósito judicial	-	-	(2.985)	(2.985)
Efeito de reorganização societária	2.595	588	22.088	25.271
Saldo em 01 de janeiro de 2017	2.595	1.947	25.373	29.915
Provisionados no exercício	113	(410)	15.473	15.176
Baixas por reversão ou pagamento	(1.029)	(45)	(18.498)	(19.572)
Atualização monetária (i)	143	1.600	9.412	11.155
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.822	3.092	31.760	36.674

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	61.999	122.604	287.502	472.105
Provisionados no exercício	3.896	14.740	76.344	94.980
Baixas por reversão ou pagamento	(2.806)	(8.698)	(120.486)	(131.990)
Efeito de reorganização societária	2.687	588	22.280	25.555
Atualização monetária (i)	8.696	24.953	12.723	46.372
Saldo em 01 de janeiro de 2017	74.472	154.187	278.363	507.022
Provisionados no exercício	1.666	8.215	68.659	78.540
Baixas por reversão ou pagamento	(4.754)	(14.973)	(88.865)	(108.592)
Atualização monetária (i)	(2.487)	1.307	26.244	25.064
Saldo em 31 de dezembro de 2017	68.897	148.736	284.401	502.034

⁽i) Inclui baixa de juros.

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	Contro	Controladora		solidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Crédito de ICMS (i)	-	_	55.575	53.261	
PIS e COFINS	-	297	1.911	2.115	
Outros	1.822	2.298	11.411	19.096	
	1.822	2.595	68.897	74.472	

⁽i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações financeiras no exterior (i)	-		280.414	986.179
Ganho de capital (ii)	512.120	483.723	512.120	483.723
Multa isolada tributo federal (iii)	429.249	397.441	429.249	397.441
ICMS Rumo Malha Paulista (iv)	-	-	310.334	-
IRPJ/CSLL (v)	137.738	130.328	301.423	283.678
ICMS - Exportação (vi)	-	-	220.214	189.313
MP 470 parcelamento de débitos (vii)	-	-	110.098	120.132
Rumo Intermodal (viii)	-	-	-	81.247
IRRF Swap (ix)	-	-	72.466	68.382
Plano de Opção de Compra de Ações (x)	56.385	53.426	65.776	62.216
ICMS Armazéns Gerais (xi)	-	-	6.249	60.029
ICMS TAD (xii)	74	70	64.104	58.236
IOF s/ Mútuo (xiii)	51.330	1.911	51.330	54.896
Contribuições Previdenciárias (xiv)	-	-	45.985	43.764
PIS/COFINS Tráfego Mútuo (xv)	-	-	32.967	41.565
Compensação com crédito prêmio (xvi)	-	-	41.350	38.505
PIS/COFINS	3.585	-	7.109	-
Outros	50.704	31.514	214.277	202.292
	1.241.185	1.098.413	2.765.465	3.171.598

(i) Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de swap, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.

Redução decorrente de julgamento favorável no CARF, com o cancelamento da maior parte das exigências fiscais, sendo alterado sua classificação para perdas remotas.

- (ii) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iii) A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTO (suspensão de PIS e COFINS), sob o fundamento de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iv) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Rumo Malha Paulista, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

- (v) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
 - Adição referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (vi) Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (viii) Auto de infração contra a Rumo Intermodal emitido pela Receita Federal relativo a glosa de despesas correspondentes ao pagamento de parcelas variáveis de contrato de arrendamento. A chance de perda é considerada como possível, já que a despesa é usual e necessária às operações da empresa.
 - Redução decorrente do êxito definitivo no processo que exigia IRPJ/CSLL ("arrendamento delara").
- (ix) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de swap.
- (x) Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (xi) Em 2013 a ALL Armazéns Gerais filial de São Paulo recebeu auto de infração do fisco Estadual de São Paulo sob a alegação de que a empresa não estava autorizada a operar como Armazém Geral naquele Estado. A empresa recorreu do auto na esfera administrativa. Ocorre que a empresa esta devidamente registrada na junta comercial com o objeto social de armazéns gerais, bem como o mesmo objeto está registrado na Receita Federal e fisco estadual. Á época da liberação da inscrição estadual o fisco liberou a atividade da empresa, inclusive para emissão de notas fiscais.
 - Redução decorrente do êxito parcial no caso AIIM 4038630-2. O valor remanescente foi mantido na esfera administrativa para discussão judicial.
- (xii) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

- (xiii) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.
- (xiv) O fisco federal autuou a Rumo Malha Paulista pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A probabilidade de perda é considerada como possível pela natureza das verbas, bem como pelo seu caráter de eventualidade.
- (xv) A Receita Federal autuou a Rumo Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a Rumo Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.

Redução decorre de decisões favoráveis na esfera administrativa (CARF e TIT).

(xvi) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003. Aguarda-se ajuizamento de Execução Fiscal (fase pré-judicial).

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Cíveis (i)	199.225	297.854	1.522.750	1.513.003	
Regulatórias (ii)	1.730	1.193	543.028	397.414	
Ambientais (iii)	935	2.440	378.462	351.915	
	201.890	301.487	2.444.240	2.262.332	

- (i) As controladas são parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Referem-se à lavratura de multas da ANTT e exigências contratuais com valores relevantes.
- (iii) Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Reclamações trabalhistas (i)	132.966	126.821	806.131	712.973	
	132.966	126.821	806.131	712.973	

(i) A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, movidas por exempregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referemse a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

20 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

	31/12/2017				31/12/2016	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total	
Pagamentos mínimos futuros	347.939	654.484	248.437	1.250.860	1.837.441	
Material rodante	321.910	572.759	166.090	1.060.759	1.616.719	
Terminal	23.400	78.737	82.347	184.484	207.950	
Outros	2.629	2.988	-	5.617	12.772	
Juros na parcela	(86.595)	(172.782)	(47.345)	(306.722)	(439.898)	
Material rodante	(72.775)	(137.209)	(31.525)	(241.509)	(358.158)	
Terminal	(13.386)	(35.322)	(15.820)	(64.528)	(79.611)	
Outros	(434)	(251)	-	(685)	(2.129)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	261.344	481.702	201.092	944.138	1.397.543	
Circulante			_	261.344	472.632	
Não circulante			=	682.794	924.911	

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado		
	31/12/2017 31/12/201		
Saldo em 01 de janeiro	1.397.543 1.741.70		
Adições	-	186.248	
Atualização juros, variação monetária e cambial	178.139	213.313	
Amortização de principal	(348.114)	(413.267)	
Pagamento de juros	(283.430)	(330.452)	
Saldo em 31 de dezembro	944.138	1.397.543	

Arrendamentos operacionais

31/12/2017

	Total do	31/12/2016			
	Menos de	Entre um e			
Bens	um ano	cinco anos	anos	Total	Total
Locomotivas	565	1.130	-	1.695	2.346
Vagões	6.758	25.996	5.695	38.449	47.120
Total	7.323	27.126	5.695	40.144	49.466

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

21 Arrendamentos e concessões

			31/12/2016	
	Arrendamento	Concessões	Total	Total
Valores a pagar:			_	
Rumo Malha Sul	36.136	29.414	65.550	73.707
Rumo Malha Paulista	28.726	19.413	48.139	52.979
	64.862	48.827	113.689	126.686
Valores em discussão judicial:				
Rumo Malha Paulista	1.415.664	119.806	1.535.470	1.345.722
Rumo Malha Oeste	1.208.891	75.284	1.284.175	1.135.398
	2.624.555	195.090	2.819.645	2.481.120
Total	2.689.417	243.917	2.933.334	2.607.806
Circulante			27.413	27.662
Não circulante			2.905.921	2.580.144
		_	2.933.334	2.607.806

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, Rumo Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação.

A Rumo Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Companhia com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual.

A Rumo Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referente às ações acima mencionadas totalizam:

	31/12/2017	31/12/2016
Rumo Malha Paulista	119.806	118.820
Rumo Malha Oeste	20.690	19.464
	140.496	138.284

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de "regulatórias" conforme nota 19.

22 Certificado recebíveis imobiliários - CRI

				Controladora		Consolidado	
Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Terminal Intermodal de Tatuí-SP Terminal de Alto Araguaia-MT	12,38% a.a hedge 100% CDI CDI + 2,6% a.a.		29/02/2008 28/11/2008	4.806	31.805	4.806 81.939	31.805 163.940
				4.806	31.805	86.745	195.745
Circulante Não circulante				4.806	26.995 4.810	86.745	105.422 90.323

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
13 a 24 meses	-	4.810	-	90.323	
	-	4.810	-	90.323	

23 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Conforme mencionado na nota explicativa 1:

- Em 21 de setembro de 2017, foi aprovado a alteração do limite do capital autorizado da Companhia, de modo que o capital social possa ser aumentado em até R\$3.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária;
- Em 04 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$2.640.000, bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública primária de 220.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valores nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$9.654.897, dividido em 1.559.015.898 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações emitidas no âmbito da Oferta passaram a serem negociadas na B3 em 6 de outubro de 2017, sendo que a liquidação física e financeira das Ações ocorreu no dia 10 de outubro de 2017.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$9.654.897 (R\$7.014.897 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 1.559.015.898 (1.339.015.898 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Decréscimo de R\$39.333 relativo a gastos na emissão das 220.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, mencionadas no item "a" acima;
- Acréscimo de R\$5.522 de transações com pagamento baseado em ações.

A Companhia apresenta reserva de capital em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$2.459.859 (R\$2.493.670 em 31 de dezembro de 2016).

c. Outros componentes do patrimônio líquido

	abrangente		
31/12/2016	Base	Líquido	31/12/2017
4.116	1.383	1.383	5.499
(1.154)	-	-	(1.154)
3.527	(60)	(60)	3.467
6.489	1.323	1.323	7.812
	4.116 (1.154) 3.527	31/12/2016 Base 4.116 1.383 (1.154) - 3.527 (60)	4.116 1.383 1.383 (1.154) 3.527 (60) (60)

d. Incentivos fiscais - SUDAM

A Rumo Malha Norte obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2017 sobre o lucro da exploração foi de R\$74.416 (R\$10.092 em 31 de dezembro de 2016), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada Rumo Malha Norte.

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
Básico e diluído Resultado do exercício	(260.807)	(1.063.230)
Denominador: Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.388.576	2.374.094
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(R\$0,18782)	(R\$0,44785)

Instrumentos diluidores

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Companhia determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio da Companhia. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível.

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações, como detalhado na nota 25, cujos instrumentos (opções ou ações restritas) reduziriam o prejuízo por ação nos exercícios apresentados.

25 Pagamento baseado em ações

A Companhia possue dois planos de remuneração baseados em ações. O primeiro, o "Plano de *stock grant*", concede ações da Companhia para administradores e funcionários. O segundo, o "Plano de *stock option*", concede o direito de adquirir ações (opções) da Companhia a um preço determinado. Em ambos os casos, o direito de adquirir ou receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência de cada plano.

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração, ou a seu critério, por um Comitê de Remuneração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes de elaboração de cada plano e na legislação aplicável.

1) Stock Grant

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia um novo modelo de Remuneração Baseada em Ações ("Stock Grant"), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O número de ações a serem distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior à outorga. As ações concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada Programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período.

A tabela a seguir demonstra os dados das outorgas feitas pela Companhia:

Planos stock grants	Período de carência (anos)	Data da outorga	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2017	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2015 (i)	5	01/10/2015	1.522.220	(161.620)	1.360.600	6,10	6,10
Plano de 2016	5	02/01/2017	1.513.180	(152.880)	1.360.300	6,10	6,10
Plano de 2017	5	01/09/2017	870.900	(4.050)	866.850	10,42	10,42
			3.906.300	(318.550)	3.587.750		

(i) As opções originalmente concedidas no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações outorgado em 2015 (4.485.238 opções ao preço de exercício de R\$6,30, a ser corrigido pelo IPCA até a data do exercício, período de aquisição único de 5 anos, podendo ser exercidas entre 01 de outubro de 2020 e 2022, a um valor justo estimado em R\$2,83 através do modelo "Black and Scholes") foram substituídas por 1.522.220 ações do Programa de Remuneração Baseado em Ações (adicionais ao programa de 2016), outorgado em 2 de janeiro de 2017, que serão entregues ao final do prazo do programa original (setembro de 2020).

Dado às características do plano, o valor justo equivale ao valor da ação na data da outorga.

2) Stock Options

Plano anterior (antigo plano ALL)

Com o processo de aquisição da Companhia pela Rumo Logística, o Plano de Remuneração Baseado em Ações existente foi cancelado e assumido pela Rumo Logística. Com isso o valor justo das opções existentes e assumidas pela Companhia foi recalculado na data da incorporação em 01 de abril de 2015. O total de 1.478.659 opções foi assumido pela Companhia a um valor justo médio por opção de R\$0,18 apurado pelo método binomial. Em 31 de dezembro de 2017 havia 223.825 opções vigentes, com preço médio de exercício de R\$19,24. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram perdidas 20.907 opções.

O número opções e ações restritas dos programas da Companhia são os seguintes:

	Stock opti	on ALL	Stock grant
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de opções
31 de dezembro de 2016	244.732	20,10	1.522.220
Outorgadas	_	-	2.384.080
Canceladas	(20.907)	29,40	(318.550)
Exercidas	-	-	-
31 de dezembro de 2017	223.825	19,20	3.587.750

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos R\$5.522 como despesas relativas à apropriação dos Planos de "Stock Grant".

26 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta na venda de serviços	781.462	44.769	6.332.656	4.718.110
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(46.622)	(4.010)	(386.307)	(406.397)
Receita operacional líquida	734.840	40.759	5.946.349	4.311.713

Abertura da receita líquida de venda de serviços:

	Control	Controladora		Controladora Consol		olidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016			
Transportes	690.071	-	5.534.257	4.092.229			
Elevação	-	-	330.850	-			
Outros	44.769	40.759	81.242	219.484			
	734.840	40.759	5.946.349	4.311.713			

Cantualadana

Camaalidada

A receita operacional líquida da controladora e consolidada da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização societária mencionada na nota 1, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

27 Custo e despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consoli	lidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Material de uso na prestação serviço	(372)		(150.016)	(165.849)	
Mão de obra contratada	(19.974)	(5.828)	(379.408)	(291.138)	
Despesas com pessoal	(31.793)	-	(781.695)	(588.559)	
Despesas com transporte e elevação	(469.812)	-	(1.449.145)	(1.239.990)	
Depreciação e amortização	(99.169)	(50.508)	(1.341.687)	(1.291.307)	
Arrendamento e concessão	-	-	(193.252)	(193.637)	
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(15.234)	(38.977)	
Outras despesas	(10.129)	(1.029)	(221.512)	(212.554)	
·	(631.249)	(57.365)	(4.531.949)	(4.022.011)	
b) Classificados como:					
Custo dos serviços prestados	(583.115)	(48.387)	(4.220.988)	(3.771.308)	
Despesas comercias	-	-	(28.846)	(4.649)	
Despesas gerais e administrativas	(48.134)	(8.978)	(282.115)	(246.054)	
	(631.249)	(57.365)	(4.531.949)	(4.022.011)	

Os custos e despesas por natureza da controladora e consolidada da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização societária mencionada na nota 1, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(210.138)	(256.558)	(1.083.106)	(759.560)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	12.926	(132.753)	15.362
Resultado com derivativos e valor justo	-	(16.914)	97.594	(15.519)
Amortização do gasto de captação	(571)	(2.085)	(37.830)	(37.231)
Fianças e garantias sobre dívidas	(38.929)	(2.374)	(129.759)	(95.812)
	(249.638)	(265.005)	(1.285.854)	(892.760)
Rendimento de aplicação financeira	30.848	276	219.899	137.509
	30.848	276	219.899	137.509
Custo da dívida, líquida	(218.790)	(264.729)	(1.065.955)	(755.251)
Juros sobre outros recebíveis	290	976	10.995	78.528
Arrendamento e concessão	-	-	(244.198)	(296.118)
Arrendamento mercantil	(322)	(826)	(131.185)	(207.687)
Despesas bancárias e outros	(2.821)	(647)	(68.063)	(62.050)
Certificado de recebíveis imobiliários	(2.557)	(5.975)	(20.171)	(39.671)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(5.556)	(756)	(68.105)	(103.472)
Juros sobre outras obrigações	(3.405)	(1.402)	(78.176)	(67.615)
	(14.371)	(8.630)	(598.903)	(698.085)
Resultado financeiro, líquido	(233.161)	(273.359)	(1.664.858)	(1.453.336)
Despesas financeiras	(269.027)	(269.494)	(1.896.337)	(1.670.107)
Receitas financeiras	33.048	(488)	258.890	216.036
Variação cambial	2.818	13.537	(127.508)	16.254
Derivativos	-	(16.914)	100.097	(15.519)
Resultado financeiro, líquido	(233.161)	(273.359)	(1.664.858)	(1.453.336)

O resultado financeiro da controladora e consolidada da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização societária mencionada na nota 1, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Efeito líquido das demandas judiciais e parcelamento tributário	(18.049)	(120)	(55.800)	(19.372)
Resultado de operações portuárias	-	-	(1.028)	-
Receita de aluguéis e arrendamentos	13.440	-	2.622	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	1.813	744	41.040	6.008
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	3.056	(11.796)
Recuperação de sinistros	-	-	22.852	3.278
Outros	(1.636)	(136)	(16.046)	11.540
	(4.432)	488	(3.304)	(10.342)

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da controladora e consolidada da Companhia para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes à reorganização societária mencionada na nota 1, não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas em exercícios anteriores.

30 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	3.152.441	916.593
Instrumentos financeiros derivativos	110.107	3.669
	3.262.548	920.262
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	178.004	260.527
Contas a receber de clientes	371.718	431.461
Recebíveis de partes relacionadas	31.260	28.814
Caixa restrito	225.634	200.999
	806.616	921.801
Total	4.069.164	1.842.063
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.005.284	8.523.175
Arrendamento mercantil	944.138	1.397.543
Certificado de recebíveis imobiliários	86.745	195.745
Fornecedores	628.596	564.942
Outros passivos financeiros	291.977	177.569
Pagáveis a partes relacionadas	147.099	106.710
Dividendos a pagar	8.506	6.729
Parcelamento de débitos tributários	21.955	23.709
	9.134.300	10.996.122
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	2.665.662	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.303
	2.665.662	12.303
Total	11.799.962	11.008.425

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos ao custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbios da Companhia estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Derivativos de taxa de câmbio e juros			_	_
Contratos de Swap (Juros)	161.561	171.606	2.009	(8.634)
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	2.481.020	-	108.098	-
	2.642.581	171.606	110.107	(8.634)
Total de instrumentos contratados	2.642.581	171.606	110.107	(8.634)
Ativos			110.107	3.669
Passivos		:		(12.303)

(a) Risco de crédito

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa (i)	178.004	260.527
Títulos e valores mobiliários (i)	3.152.441	916.593
Caixa restrito (i)	225.634	200.999
Contas a receber de clientes (ii)	371.718	431.461
Recebíveis de partes relacionadas (ii)	31.260	28.814
Instrumentos financeiros derivativos (i)	110.107	3.669
	4.069.164	1.842.063

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o valor registrado, como demonstrado na nota 15, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2017
AA	488.237
AAA	3.171.762
В	2.007
BB+	4.180
Total	3.666.186

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A gestão de caixa é centralizada, de forma que as subsidiárias contam com o suporte financeiro da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/2017	31/12/2016
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.279.407)	(1.637.411)	(4.776.790)	(4.266.513)	(12.960.121)	(11.975.013)
Fornecedores	(628.596)	-	-	-	(628.596)	(564.942)
Outros passivos financeiros (i)	(291.977)	-	-	-	(291.977)	(177.569)
Parcelamento de débitos tributários	(12.685)	(7.296)	(1.730)	(910)	(22.621)	(25.083)
Arrendamento mercantil	(418.890)	(299.585)	(442.445)	(282.550)	(1.443.470)	(1.824.890)
Certificado recebíveis imobiliários	(92.844)	-	-	-	(92.844)	(243.628)
Pagáveis a partes relacionadas	(147.099)	-	-	-	(147.099)	(106.710)
Dividendos a pagar	(8.506)	-	-	-	(8.506)	(6.729)
Instrumentos financeiros derivativos	(59.922)	(76.583)	(358.209)	(81.605)	(576.319)	(21.289)
	(3.939.926)	(2.020.875)	(5.579.174)	(4.631.578)	(16.171.553)	(14.945.853)

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$291.977 (R\$177.569 em 31 de dezembro de 2016). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 8,80% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

• Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	5.649	16
Contas a receber de clientes	10.903	-
Adiantamento a fornecedores	-	58.627
Fornecedores	(13.230)	(21.707)
Adiantamento de clientes	(6.310)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.665.662)	(86.140)
Derivativos de taxa de câmbio (nocional) (i)	2.676.559	
Exposição cambial, líquida	7.909	(49.204)

⁽i) Estes saldos equivalem ao valor do nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2017.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

3,3080

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2017, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2017, Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Aná	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)							
21/12/20	117					Cenários		
31/12/20)1/	Provável	25%	50%	-25%	-50%		

Dólar

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2018.

4,2500

5,1000

2,5500

1,7000

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

3,4000

					Cenários
Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Baixa do USD	157	1.451	2.903	(1.451)	(2.903)
Baixa do USD	306	2.802	5.604	(2.802)	(5.604)
Alta do USD	(368)	(3.399)	(6.799)	3.399	6.799
Alta do USD	(176)	(1.621)	(3.243)	1.621	3.243
Baixa do USD	171.080	794.609	1.589.217	(794.609)	(1.589.217)
Alta do USD	(74.136)	(684.949)	(1.369.899)	684.949	1.369.899
	96.863	108.893	217.783	(108.893)	(217.783)
	Baixa do USD Baixa do USD Alta do USD Alta do USD Baixa do USD	Baixa do USD 157 Baixa do USD 306 Alta do USD (368) Alta do USD (176) Baixa do USD 171.080 Alta do USD (74.136)	Baixa do USD 157 1.451 Baixa do USD 306 2.802 Alta do USD (368) (3.399) Alta do USD (176) (1.621) Baixa do USD 171.080 794.609 Alta do USD (74.136) (684.949)	Baixa do USD 157 1.451 2.903 Baixa do USD 306 2.802 5.604 Alta do USD (368) (3.399) (6.799) Alta do USD (176) (1.621) (3.243) Baixa do USD 171.080 794.609 1.589.217 Alta do USD (74.136) (684.949) (1.369.899)	Baixa do USD 157 1.451 2.903 (1.451) Baixa do USD 306 2.802 5.604 (2.802) Alta do USD (368) (3.399) (6.799) 3.399 Alta do USD (176) (1.621) (3.243) 1.621 Baixa do USD 171.080 794.609 1.589.217 (794.609) Alta do USD (74.136) (684.949) (1.369.899) 684.949

• Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,40%	10,10%	5,10%	3,40%
CDI	6,33%	7,90%	9,50%	4,70%	3,20%
TJLP	7,00%	8,80%	10,50%	5,30%	3,50%
IPCA	3,29%	4,10%	4,90%	2,50%	1,60%

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

					31/12/2017
Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	9.815	2.454	4.908	(2.454)	(4.908)
Títulos e valores mobiliários	13.720	3.430	6.860	(3.430)	(6.860)
Caixa restrito	10.554	2.638	5.277	(2.638)	(5.277)
Empréstimos, financiamentos	(361.479)	(90.348)	(180.731)	90.348	180.731
Derivativo de taxa de juros	110.107	(428.062)	(792.683)	485.910	1.060.464
Certificado recebíveis imobiliários	(5.185)	(1.296)	(2.593)	1.296	2.593
Arrendamento mercantil	(36.462)	(9.115)	(18.231)	9.115	18.231
Impactos no resultado do exercício	(258.930)	(520.299)	(977.193)	578.147	1.244.974

⁽i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,89% a.a. e 7,00% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor de mercado do *Senior Notes* com vencimento em 2024 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2017, de 107,86% do valor nominal de face. O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 15.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("B3") e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo					<u> </u>		
_	Valor contábil		31/12/2017			31/12/2016		
_	31/12/2017	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Títulos e valores mobiliários	3.152.441	916.593	-	3.152.441	-	-	916.593	-
Instrumentos financeiros derivativos	110.107	3.669		110.107			3.669	
Total _	3.262.548	920.262		3.262.548			920.262	
Passivo Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.665.662)	-	-	(2.665.662)	-	-	_	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(12.303)					(12.303)	
Total _	(2.665.662)	(12.303)		(2.665.662)			(12.303)	

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	=	-	=
Mensuração inicial	2.461.836	-	2.461.836
Amortização de juros	(87.037)	(16.551)	(103.588)
Valor justo	195.823	122.642	318.465
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.570.622	106.091	2.676.713

31 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Segmentos operacionais

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Companhia, da Elevações Portuárias, da Rumo Malha Norte e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Exercício:	31/12/2017						
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado			
Receita líquida	4.439.766	1.283.085	223.498	5.946.349			
Custo dos serviços prestados	(2.558.157)	(1.356.733)	(306.098)	(4.220.988)			
Lucro bruto	1.881.609	(73.648)	(82.600)	1.725.361			
Margem bruta (%)	42,4%	-5,7%	-37,0%	29,0%			
Despesas comerciais, gerais e administrativas Outras receitas (despesas) operacionais e	(220.122)	(68.131)	(22.708)	(310.961)			
equivalência patrimonial	(5.093)	1.310	4.722	939			
Depreciação e Amortização	836.885	441.482	63.320	1.341.687			
EBITDA	2.493.279	301.013	(37.266)	2.757.026			
Margem EBITDA (%)	56,2%	23,5%	-16,7%	46,4%			
Exercício:	31/12/2016						
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado			
Receita líquida	2.948.613	1.097.700	265.400	4.311.713			
Custo dos serviços prestados	(2.177.308)	(1.272.600)	(321.400)	(3.771.308)			
Lucro bruto	771.305	(174.900)	(56.000)	540.405			
Margem bruta (%) Despesas comerciais, gerais e	26,2%	-15,9%	-21,1%	12,5%			
administrativas	(144.103)	(63.700)	(42.900)	(250.703)			
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	(10.562)	(7.100)	15.700	(1.962)			
Depreciação e amortização	859.840	379.030	52.437	1.291.307			
EBITDA	1.476.480	133.330	(30.763)	1.579.047			
Margem EBITDA (%)	50,1%	12,1%	-11,6%	36,6%			

Principais clientes

Nos segmentos Norte e Sul, um cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 15% da receita líquida do ano de 2017 com um valor aproximado de R\$ 891.952.

32 Eventos subsequentes

Em 10 de janeiro de 2018, foi aprovada a precificação e colocação de títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2025 ("Notas 2025"), de emissão da subsidiária Rumo Luxembourg, no valor total de R\$1.581.200, com vencimento em janeiro de 2025, coupon de 5,875%, pago semestralmente, e yield de 6,00%. As Notas 2025 receberam classificação BB- pela agência Fitch Ratings e B+ pela agência de rating Standard & Poor's. A Companhia utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação conforme definido nos documentos da oferta. Esta emissão faz parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia e tem como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Companhia.

* * *